

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL

Estudo Técnico Preliminar 6/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 03643.000165/2026-51

2. Descrição da necessidade

2.1. Trata-se de procedimento administrativo visando à contratação de serviços de locação de até 48 (quarenta e oito) veículos leves (passeio) e 20 (vinte) veículos intermediários (elevados), totalizando até 68 (sessenta e oito) locações, pelo período de 12 (doze) meses, podendo a demanda variar mensalmente conforme a necessidade da Administração. Os veículos deverão possuir fabricação não superior a 2 (dois) anos, com quilometragem livre, sem motorista, e cobertura de seguro total sem franquias para a CONTRATANTE e com as seguintes características:

Veículo Convencional de passeio (Leve): tipo hatch ou sedan, motorização 1.0, 4 portas, ar-condicionado, Direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos nas portas dianteiras, itens de segurança obrigatórios, capacidade para 5 pessoas, altura mínima do solo de 155 mm e documentação regular. Cor branca.

Veículo Intermediário (elevado): Tipo SUV ou Pick-up, com maior altura livre do solo, torque reforçado (torque de no mínimo 20kgfm), 4 portas, ar-condicionado, Direção hidráulica ou elétrica, apto para tráfego em vias não pavimentadas, altura mínima do solo de 190 mm tração 4 x 2, itens de segurança obrigatórios, capacidade para 5 pessoas. Cor branca

2.2. Levando em consideração que a Superintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul enfrenta um aumento crítico na demanda de transporte a partir de abril de 2026. O cronograma da Diretoria de Pesquisas (DPE) prevê a sobreposição de operações de alta complexidade:

- Pesquisas Estruturais por Empresa: meados de maio/2026.
- Manutenção de Fluxo Contínuo: PNAD Contínua e atualizações mensais do CNEFE.
- Novas Operações (Junho/2026): Pesquisa de Ligações Rodoviárias e Hidroviárias e a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2026.

2.3. A frota própria atual é insuficiente para cobrir as 36 agências do estado, contando, atualmente, com 97 veículos dentre eles uma Van e um Nissan FRONTIER 4X4 (em péssimo estado), ou seja, 83 veículos leves e 14 veículos tracionados, cujas amostras exigem deslocamentos rurais e urbanos extensos, sob pena de perda de qualidade estatística e descumprimento de prazos legais de divulgação de dados.

2.4. O contrato terá vigência por 12 (doze) meses, podendo, em caso de interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por igual período, observado o limite estabelecido no Art. 107 da Lei nº 14.113/21.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GPGT	Angelino Gomes Soares Neto

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os veículos deverão estar equipados com todos os itens básicos de série e regulares de segurança estabelecidos pelo CONTRAN, além dos seguintes itens:

- Pneus em condições adequadas de segurança;
- Quilometragem livre (sem cobrança adicional por quilômetro);

- Documentação de licenciamento de veículo regular;
- Seguro sem franquia para a CONTRATANTE, conforme será descrito no Termo de Referência;
- Manutenção corretiva e preventiva por conta CONTRATADA, conforme será descrito no Termo de Referência;
- Serviços de guincho disponíveis entre as 07:00 e as 23:00 horas do dia, em todos os dias da semana;
- Permissão para colocação de adesivo constando a indicação do órgão público para isenção de pedágio e sinalização de veículo a serviço do IBGE.
- Local de entrega: Superintendência Estadual do IBGE no RS em **Porto Alegre**, e em mais 02 polos estaduais: **Santa Maria e Passo Fundo**;
- A contratada deverá manter uma oficina para pequenas manutenções nos 03 polos citados;
- A empresa deverá estar apta a prestar serviços de locação;
- Fornecer os veículos de acordo com as especificações e quantitativos contidos no Termo de Referência;
- Arcar com todas as condições contratuais pactuadas;
- Os endereços de entrega e devolução dos veículos poderão ser alterados, desde que não sejam em municípios diferentes dos listados no Termo de Referência, havendo de toda forma aviso-prévio da CONTRATADA à CONTRATANTE.
- Nos atos de retirada e devolução dos veículos serão realizadas inspeções para verificar o estado de recebimento e devolução do veículo.
- Os veículos serão disponibilizados para a CONTRATANTE com tanque de combustíveis cheio e serão devolvidos para a CONTRATADA com o tanque de combustíveis cheio.
- Em caso de necessidade de substituição do veículo por manutenção, a CONTRATADA deverá entregar o veículo no mesmo município onde ocorreu a falha do veículo ou no local onde foi designado para a utilização, sendo combinado com a CONTRATANTE.
- Caso o veículo não seja devolvido com tanque de combustíveis cheio a CONTRATADA **não** deverá receber o veículos em devolução.
- Os veículos deverão ser disponibilizados limpos e lavados para a CONTRATANTE, entretanto a CONTRATANTE não precisa devolver os veículos limpos e lavados para a CONTRATADA.
- Não deverá ocorrer nenhuma cobrança adicional para a CONTRATANTE devido a devolução de veículos não limpos e não lavados;
- A participação da CONTRATADA pressupõe concordância tácita as condições deste certame e o pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;
- As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE estarão previstas neste Termo de Referência;
- Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- Prestar todas as informações necessárias à fiscalização contratual;
- Fornecer a documentação necessária para os gestores de execução e administrativo do IBGE;
- Aproximadamente **48 (quarenta e oito) veículos leves** (passeio) e **20 (vinte) veículos intermediários** (elevados), em um período de **12 (doze) meses**, podendo o número de locações oscilar em cada mês, com limite de até **68 (sessenta e oito) locações de veículos** no período de **12 (doze) meses**, conforme necessidade da Entidade ao longo do ano de contratação.

4.2. Os serviços são considerados **comuns**, pois seu padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado, de acordo com o **art. 6º da Lei 14.133/2021 c/c art. 14 da IN 05/2017**.

4.3. A duração do contrato de prestação de serviços é de **12 (doze) meses a contar da assinatura do Termo de Contrato**, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima **decenal**, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, por interesse da Administração, através de Termo Aditivo, observado o limite estabelecido no **art. 107 da Lei nº 14.113/21**.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram analisadas 3 (três) alternativas principais:

- Aquisição de Veículos (Frota Própria): Descartada devido ao alto custo de investimento inicial, demora no processo de emplacamento/entrega e necessidade de estrutura própria de manutenção.
- Táxi ou Transporte por Aplicativo: Inviável para o interior do RS e áreas rurais, onde a oferta é inexistente ou os deslocamentos de longa distância tornam o custo proibitivo.
- **Locação de Veículos (Solução Escolhida)**: Mostrou-se a mais eficiente e econômica (**custo-benefício**), permitindo flexibilidade para aumentar ou reduzir a frota conforme o pico das pesquisas (maio a dezembro de 2026).

5.2. Estimativa do Valor da Contratação

5.2.1. Com base nos custos médios de mercado, chegamos, após aprofundamento da pesquisa, ao valor global de **R\$ 252.486,72 (duzentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e dois centavos)** conforme **IN nº**

65/2021, art. 5º inciso III: "consulta via **sítios eletrônicos** especializados ou de domínio amplo") para o estado do Rio Grande do Sul, a projeção financeira mensal e anual (considerando a vigência para o exercício de 2026) apresenta-se da seguinte forma:

Veículo	Valor mensal por veículo	Quantidade de Locações	Custo total
Convencional (leves)	R\$ 3.192,89	48	R\$ 153.258,72
Intermediário (4x2)	R\$ 4.961,40	20	R\$ 99.228
Total		68	R\$ 252.486,72

***Valores referentes até 68 locações em um período de 12 meses, conforme necessidade da Entidade ao longo dos 12 meses de contratação!**

Obs.:

Veículo	Valor mensal por veículo
Convencional (leves)	R\$ 2.400,00
Intermediário (4x2)	R\$ 4.800,00
Média Veículos Leves + Intermediários	R\$ 3.600,00

5.3. A pesquisa de preços foi realizada, também, através do Compras.gov, de acordo com o **artigo 5º, I da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021**. Ele foi utilizado no âmbito de serviços para o código (CATSER) 4014, consultando os certames que guardavam similaridade com a descrição do objeto a ser contratado. Abaixo segue a lista de filtros aplicados:

- Código Material/Serviço – **4014**
- Descrição - LOCAÇÃO DE VEICULOS - **LEVES / INTERMEDIARIOS**
- Ano da Compra – **2025**
- Modalidade da Compra – **Pregão**
- Descrição complementar – Foram removidos da pesquisa a locação de veículos que continham condições especiais diferentes do nosso objeto, como veículos pesados, veículo do tipo 4 x 4, e outras condições não exigidas em nossos veículos e que tornam o objeto custoso, além de locações efetuadas por dispensa.

5.4. Com esses filtros aplicados, foram obtidos **12 resultados**, e foram anexados a cada um dos resultados, uma parte do **Termo de Referência** com detalhes do objeto para verificar que se trata do mesmo objeto a ser contratado. Desta forma foram removidos os resultados abaixo, com as devidas justificativas:

- **Resultado 12** – O objeto contratado incluiu veículos pesados, tornando o valor acima do objeto, sendo o valor de **R\$ 5.600,00** superior à 30 % do valor da média.

5.5. Após a remoção dos resultados acima, foi realizado a média dos demais valores, conforme a tabela abaixo:

Item	Valor	Variação em relação a média
Resultado 1	R\$ 2.950,00	-26,83%
Resultado 2	R\$ 2.950,00	-26,83%
Resultado 3	R\$ 2.950,00	-26,83%
Resultado 4	R\$ 2.997,00	-25,66%
Resultado 5	R\$ 2.997,00	-25,66%
Resultado 6	R\$ 2.997,00	-25,66%
Resultado 7	R\$ 4.988,00	+23,72%
Resultado 8	R\$ 4.988,00	+23,72%
Resultado 9	R\$ 4.988,00	+23,72%

Resultado 10	R\$ 4.988,00	+23,72%
Resultado 11	R\$ 4.988,00	+23,72%
Resultado 12	R\$ 5.600,00	+38,89%
Média	R\$ 4.031,75	
Valores tachados foram removidos do cálculo da média		

Chegando ao valor médio de **R\$ 4.031,75 (quatro mil e trinta e um reais e setenta e cinco centavos)**. Verifica-se que os preços estão todos próximos da média, pois as maiores variações foram de -26,83% e +23,72%, que está dentro dos valores aceitáveis para a pesquisa de preços, não tendo nenhuma variação acima de 30% em relação a média.

5.6. METODOLOGIA E FONTES DE CONSULTA

5.6.1. Em estrita observância ao **Art. 23, § 1º da Lei nº 14.133/2021** e aos procedimentos da **IN SEGES/ME nº 65/2021**, a definição do valor estimado utilizou uma cesta de preços composta por três fontes distintas, garantindo a ampla competitividade e a fidedignidade aos preços de mercado:

- **Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br)**: Realizou-se a extração de dados de contratações similares e Atas de Registro de Preços vigentes de outros órgãos da Administração Pública, priorizando-se contratações realizadas **nos últimos 12 meses**.
- **Pesquisa Direta com Fornecedores (E-mail)**: Foram formalizadas solicitações de cotação junto a **22** empresas especializadas no setor de locação de frotas (locadoras de grande e médio porte), com o intuito de subsidiar o Termo de Referência para que os orçamentos reflitam as condições específicas de entrega nos 3 polos escolhidos. Entretanto, até o momento, apenas 1 retornou o orçamento e as demais ou não retornaram ou declinaram informando não ter interesse.
- **Pesquisa em Sítios Eletrônicos Especializados (Internet)**: Foram consultados portais oficiais de grandes locadoras nacionais para verificação dos preços públicos praticados para locações de longa duração, servindo como parâmetro de conferência para os valores obtidos via e-mail. Considerou-se os resultados mais recentes, obtendo-se um preço de referência mais condizente com a realidade do mercado do RS, diminuindo assim o risco de um pregão deserto, com poucos participantes ou fracassado.

5.7. TRATAMENTO DOS DADOS

5.7.1. Os valores obtidos nas 3 (três) esferas de pesquisa foram consolidados. Para o cálculo do preço de referência, aplicou-se a Média dos valores, após o descarte de "preços discrepantes" que pudessem comprometer a média estatística, conforme faculta a legislação vigente.

5.7.2. Diante do exposto, a pesquisa via Compras.gov demonstra que o IBGE está pagando o mesmo que outros órgãos (Economicidade), a pesquisa via e-mail garante que as empresas sabem que o serviço é para a região metropolitana e para o interior do RS (Realidade Local) e, por fim, a pesquisa via Internet serve como balizador de que o preço não está acima do que qualquer cidadão ou empresa pagaria no mercado (Transparência).

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução consiste na realização de até **68 (sessenta e oito)** locações de veículos no total, sob regime de quilometragem **livre**, garantindo que a SES/RS não sofra restrições orçamentárias variáveis diante da incerteza dos deslocamentos em pesquisas novas (como a de Ligações Hidroviárias). **A proporção de 2,4:1 entre veículos convencionais (48) e intermediários (20)** visa otimizar o recurso, alocando os veículos de maior custo (intermediários) apenas para as agências com maior incidência de setores rurais e rotas críticas.

6.2. A solução consiste na locação de veículos **sem motorista**, com suporte **técnico em todo o território do Rio Grande do Sul**, garantindo que as equipes das 36 agências tenham mobilidade ininterrupta.

Locações mensais por posto de retirada:

Veículos disponíveis em cada região		
	Convencional (Leves)	Intermediário

Porto Alegre	24	8
Santa Maria	12	8
Passo Fundo	12	4

6.3. A CONTRATADA deverá fornecer os veículos conforme as especificações e quantitativos já informados, nas seguintes condições:

6.3.1 Entregar e manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento, de conservação, manutenção, pintura, segurança e higiene, equipados com cintos de segurança, pneu de socorro e demais acessórios exigidos pela legislação pertinente, bem como a documentação atualizada;

6.3.2. As entregas e devoluções de veículos serão nos seguintes endereços, sem custos adicionais de frete, de acordo com a necessidade e solicitação formal da CONTRATANTE:

Município	Endereço	CEP
Porto Alegre - RS	Av. Augusto de Carvalho, nº 1.205, bairro Praia de Belas, na cidade de Porto Alegre/RS	90010-390
Santa Maria - RS	Rua Pantaleão , 39 - BAIRRO: Centro	97010-180
Passo Fundo -RS	Rua Paissandu , 753 - 5º andar, BAIRRO: Centro	99010-101

6.3.3. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada nos veículos no decorrer da prestação dos serviços;

6.3.4. Não utilizar pneus recauchutados ou quaisquer componentes elétricos, mecânicos ou eletromecânicos reconicionados, ou que se ache vencido;

6.3.5. Providenciar substituição de veículo, por motivo de manutenção corretiva, quebra, avaria, acidente, defeitos mecânicos, necessidade de revisão e outros, nas mesmas condições descritas no Termo de Referência, no seguinte intervalo de tempo:

a) **48 (quarenta e oito) horas úteis** – para quando o transporte estiver sendo executado em áreas distantes, mais de **150 (cento e cinquenta) km** dos Pontos de retirada mais próximos, conforme endereços da tabela acima.

b) **24 (vinte e quatro) horas úteis**– para quando o transporte estiver sendo executado em áreas menos distantes de **150 (cento e cinquenta) km** os Pontos de retirada mais próximos, conforme endereços da tabela acima.

6.3.6. As revisões, quando necessárias, serão agendadas previamente pela Contratada que substituirá o veículo na data e horário combinado, em um dos endereços descritos acima.

6.3.7. Caso o veículo precise passar por revisão, a contratada deverá retirar o veículo no local indicado na tabela acima, e proceder a sua respectiva e imediata substituição. Dessa forma, a continuidade das atividades não restará prejudicada.

6.3.8. A Contratada é responsável por todos os deslocamentos necessários para a realização de revisões ou consertos de veículos. A Contratante não disponibilizará servidores para acompanhar esses serviços.

6.3.9. A contratada deverá planejar a necessidade de revisões antecipadamente e entregar os veículos no mínimo a **6.000 (seis mil) km ou 6 (seis) meses** da próxima revisão periódica, conforme plano de manutenção da montadora.

6.3.10. Os veículos substituídos que não atendam às disposições contratuais serão recusados pela fiscalização;

6.3.11. Caso o veículo precise ser levado por meio de guincho, o substituto será entregue com o mesmo nível de abastecimento do substituído, **nos mesmos prazos do item 6.3.5;**

6.3.12. Reembolsar o IBGE, mediante desconto em suas faturas ou através de qualquer meio de cobrança a critério do IBGE, todas as despesas que este tiver de efetuar para suprir falhas ocorridas nos serviços objeto do presente Termo de Referência, em consequência de ação ou omissão da Contratada;

6.3.13. Arcar com todo e qualquer dano e prejuízo causado ao IBGE;

6.3.14. Reembolsar, de imediato, as despesas efetuadas com o uso de outros meios de transportes pelos servidores e/ou contratados do IBGE nas hipóteses de inobservância do prazo de substituição;

6.3.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de **habilitação e qualificação** exigidas na licitação;

6.3.16. A contratada manterá seguro com proteção para acidentes com perda total e/ou parcial, roubo, furto, incêndio e contra terceiros, com cobertura para danos pessoais e materiais **sem franquia para a Contratante**, durante o prazo de vigência da contratação;

6.3.17. A Contratada deverá providenciar a **troca dos veículos disponibilizados para o IBGE, quando os mesmos atingirem a marca de 75.000 (setenta e cinco mil) quilômetros rodados**. Essa troca ocorrerá na cidade onde o veículo esteja sendo utilizado quando a quilometragem for atingida, sem ônus para a contratante e no prazo de **48 (quarenta e oito) horas úteis** da comunicação da necessidade de troca;

6.3.18. A Contratada deverá arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos a exemplo de pneus, amortecedores, pastilhas de freios etc, necessários ao fiel cumprimento do objeto do contrato;

6.3.19. Deverá a contratada disponibilizar todos os **telefones úteis** no ato de entrega dos veículos;

6.3.20. Não haverá limite de quilometragem e taxa de lavagem veicular;

6.3.21. A Contratada deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.3.22. O período de vigência da contratação será de **12 (doze meses)**, podendo ser prorrogado na forma do **art. 107 da Lei nº 14.113/21**.

6.3.23. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos e supressões** que se fizerem necessários à presente aquisição, no montante de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato ou as supressões resultantes de acordo entre os Contratantes, como previsto nos **artigos 124, 125 e 126 da Lei nº 14.113/21**.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Estimativa das quantidades a serem contratadas para efeito de cálculo, considerou-se o plano de trabalho anual da Diretoria de Pesquisas do IBGE no que se refere a atender a suplementação de veículos no incremento de pesquisas conveniadas e contratadas ao longo de cada período anual, alocando veículos naquelas Agências onde a frota oficial não suporta o acréscimo e inserção de novas pesquisas.

7.2. Dessa forma, a quantidade total máxima de locações a ser contratada pela **Superintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul** será de até **68 (sessenta e oito)** locações de veículos, que serão utilizadas durante um período de **12 (doze) meses**, e distribuídas de acordo com as necessidades dos serviços, com estimativa de:

7.2.1. Até o máximo de 08 veículos/mês de locações no polo de Porto Alegre – RS;

7.2.2. Até o máximo de 05 veículos/mês de locações no polo de Santa Maria – RS;

7.2.3. Até o máximo de 04 veículos/mês de locações no polo de Passo Fundo – RS;

7.3. As quantidades de locações indicadas no item anterior referem-se a um planejamento prévio da contratante, ESTIMATIVAS, de maneira que **será possível solicitar uma quantidade de locações inferior ou superior ao previsto, e em datas diferentes**. A CONTRATANTE não tem a obrigação de solicitar todas as locações previstas no Edital e a CONTRATADA não tem o direito de receber os valores de locações não solicitadas.

7.4. Previsto o início da vigência contratual para **segunda quinzena de maio de 2026**, programado o prazo de 12 meses da vigência, podendo ser prorrogado na forma do **art. 107 da Lei 14.133/2021**

7.6. Um mês de locação corresponde a 30 dias de locação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 252.486,72

8.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 252.486,72 (duzentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e dois centavos)**. Considerou-se a média da pesquisa de preços via **sítios eletrônicos** especializados ou de domínio amplo para o cálculo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Com base nos princípios da economicidade, eficácia e fomento à competitividade, a Administração optou pelo parcelamento do objeto em **03 (três) Lotes Regionais**, agrupando os veículos em convencionais (de passeio leve) e intermediários (elevados) por polo de entrega.

A decisão pelo parcelamento fundamenta-se nos seguintes pontos:

- **Ampliação da Competitividade:** O mercado de locação de veículos no Rio Grande do Sul possui grandes fornecedores nacionais, mas também empresas regionais robustas em polos como **Porto Alegre, Santa Maria e Passo Fundo**. Ao parcelar por região, permitimos que empresas locais disputem o certame, aumentando a oferta e, conseqüentemente, reduzindo os preços.
- **Mitigação de Riscos Operacionais:** Caso a solução fosse adjudicada a um único fornecedor para todo o estado e este apresentasse falhas na prestação do serviço (atraso na entrega ou manutenção precária), 100% da operação de coleta do IBGE no RS estaria comprometida. Com o parcelamento, o risco é diluído entre diferentes contratadas.
- **Eficiência na Manutenção e Substituição:** A proximidade das sedes das contratadas com os pontos de entrega (Porto Alegre, Santa Maria e Passo Fundo) garante o cumprimento do prazo de substituição de 24 horas. Fornecedores regionais possuem capilaridade local superior para atender agências do interior profundo.
- **Preservação da Economia de Escala:** Os lotes foram desenhados com quantitativos que ainda garantem a atratividade comercial sem onerar empresas menores (**máximo entre 4 a 8 veículos/mês conforme o lote, item 7.2**), não havendo perda significativa de escala que justificasse o lote único.

9.2. A divisão foi planejada seguindo a logística das 36 agências da SES/RS vinculadas aos 3 polos de entrega:

	Veículo de passeio (leves)	Veículo Intermediário (elevado)
Porto Alegre - RS	24	8
Santa Maria - RS	12	8
Passo Fundo -RS	12	4
TOTAL	48	20

9.3. Dessa forma, o parcelamento, nestes moldes, revela-se a estratégia que melhor atende ao interesse público, pois concilia a necessidade de padronização técnica (todos os lotes exigem os mesmos requisitos de sustentabilidade e manutenção) com a vantagem econômica advinda da competição regionalizada, tendo em vista a capilaridade da Entidade IBGE.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está alinhada ao **Planejamento Estratégico 2026-2027** da entidade. Entre os objetivos traçados no documento, está o de ampliar a cobertura geográfica e temática das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos e promover consulta e participação da sociedade, que consta como objetivo de número 1.

11.2. Para alcançar esse objetivo é necessário que a rede de coleta possua infraestrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades e isso está relacionado, entre outros aspectos, à disponibilidade de veículos com condições de trafegar, em quantidades suficiente para atender às demandas da Fundação. Caso não seja feita a contratação especificada no presente instrumento, implicará diminuição da cobertura e falta de regularidade na periodicidade dos levantamentos.

11.3. A contratação está alinhada também ao **Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS do IBGE (2019-2023)** no eixo temático "Aquisições e contratações sustentáveis", bem como aos objetivos específicos do **PLS** a seguir:

- Promover a boa gestão de recursos e eficiência do gasto público, desde que atendidos os atributos de sustentabilidade, reduzindo custos e combatendo desperdícios: tais critérios serão considerados em todas as etapas do planejamento da licitação, inclusive na concepção do Termo de Referência;
- Incluir critérios socioambientais nos editais de licitação para aquisição de bens e contratação de serviços e de obras, de forma a promover o "desenvolvimento nacional sustentável": No Termo de Referência deverão ser colocados as regras referentes à sustentabilidade pertinentes a essa contratação;

11.4. A contratação está alinhada ao **Plano de Contratações Anual (PCA)**, da **UASG 114625**, sob o número **SIDEC 20/2026**, do IBGE e ao Planejamento Estratégico da instituição, visando garantir a infraestrutura logística necessária para a produção de informações geocientíficas e estatísticas de relevância nacional.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Tendo em vista que o **IBGE** é uma entidade *sui generis*, a presente contratação de serviços de locação de veículos para atender às demandas de pesquisa do IBGE no Rio Grande do Sul fundamenta-se, primordialmente, na busca pela máxima eficiência administrativa e na mitigação de riscos operacionais inerentes às atividades de campo.

12.2. Diferente de frotas administrativas estáticas, as operações censitárias e as pesquisas amostrais do IBGE exigem uma escalabilidade dinâmica que a frota própria não consegue suprir sem gerar ociosidade de capital. Portanto, ao optar pela locação, a Administração converte um gasto vultoso de capital (CAPEX) em despesa operacional (OPEX), permitindo que o instituto dimensione a quantidade de veículos estritamente necessária para cada ciclo de coleta, eliminando os custos de manutenção de veículos parados em períodos intercensitários.

12.3. Sob a ótica do **Custo Total de Propriedade (TCO)**, a vantajosidade econômica é evidenciada pela transferência integral dos riscos de depreciação e obsolescência para a contratada. Considerando o cenário econômico de 2026, com a taxa SELIC projetada em patamares elevados (12,13% a.a.), a imobilização de recursos para a compra de ativos depreciáveis, como, por exemplo, o **jeep jimny** que não atingiu as expectativas da Entidade nos últimos certames, principalmente no que tange ao espaço interno, representaria um custo de oportunidade proibitivo.

12.4. Matematicamente, o custo de manter o capital aplicado no erário supera a soma das mensalidades de locação, especialmente quando se projeta o custo de oportunidade pela fórmula:

$$\text{Custo de Oportunidade} = \text{Valor de Compra} \times \text{Taxa de Rendimento (ao ano ou mês)}$$

Exemplo:

- **Valor do Carro:** R\$ 100.000,00
- **Taxa de rendimento (ex: SELIC):** 10% ao ano
- **Custo de Oportunidade Anual:** R\$ 100.000 x 0,10 = **R\$ 10.000,00**

Isso significa que, ao comprar o carro, você abre mão de ganhar R\$ 10.000,00 no primeiro ano, o que entra como custo de oportunidade.

Compra de Veículo para Frota: a Administração Pública que opta por comprar um veículo em vez de investir o dinheiro em outras áreas precisa considerar quantos retornos esse capital poderia gerar se fosse investido.

Por exemplo, se R\$ 150.000 investidos no negócio rende 20% a 30% ao ano, o custo de oportunidade de comprar o carro é o retorno não obtido desse investimento. Além da depreciação e manutenção do veículo.

12.5. Além disso, no estado do Rio Grande do Sul, a vantagem é ampliada pelo diferencial tributário, pois as locadoras operam com alíquotas reduzidas de 1% de IPVA, benefício que é refletido na modicidade do preço da locação.

12.6. Do ponto de vista operacional, as pesquisas de campo no território gaúcho submetem os veículos a condições severas de uso, desde áreas urbanas de alta rodagem até zonas rurais de difícil acesso na Campanha e na Serra. Na gestão de **frota própria**, qualquer avaria mecânica ou sinistro exigiria a abertura de processos administrativos morosos para reparo, resultando no "custo de inatividade" do pesquisador e no atraso do cronograma estatístico nacional. Já o **modelo de locação** garante a continuidade do serviço público por meio da **cláusula de substituição imediata e fornecimento de veículo reserva**, assegurando que as metas de coleta não sejam comprometidas por falhas logísticas.

12.7. Por fim, a estratégia alinha-se ao **Decreto nº 9.507/2011, Lei nº 9.660 de 16 de junho de 1998 (DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO GRADUAL DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, art. 8º, §1º do DECRETO Nº 9.287, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018 (dispõe sobre gestão de frota no âmbito federal) e art. 48 da Lei nº 14.133/2021**, que recomendam a terceirização de atividades meio para que a Administração foque seus recursos humanos e financeiros em sua atividade fim. Ao desonerar o IBGE da gestão direta de oficinas, pátios e leilões de veículos inservíveis, a locação promove uma gestão de ativos mais moderna, transparente e econômica, atendendo plenamente ao interesse público e aos princípios da eficiência e da economicidade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Os serviços devem ser prestados dentro dos prazos estabelecidos no **Termo de Referência, Edital e Contrato**, principalmente aqueles que se referem a troca e manutenção dos veículos.

13.2. Todas as solicitações e informações (reparo, manutenção, troca, avarias etc.) referentes aos veículos locados deverão ser repassadas pelo condutor diretamente ao Fiscal do contrato para que o mesmo tenha ciência das ocorrências e assim possa exigir da contratada a devida execução do serviço.

13.3. O Fiscal do contrato deve informar-se com a contratada e repassar prazos/procedimentos relevantes aos condutores dos veículos e aos chefes dos setores que utilizarão o serviço, a fim de assegurar eficiência na prestação do serviço

13.4. Havendo o amparo de seguro e não sendo disponibilizada a contratação de estacionamento para veículos que não pertençam a frota, buscar-se-á a cedência de locais para guarda dos veículos locados.

13.5. Das multas de Trânsito:

13.5.1. As multas de trânsito serão ressarcidas pela CONTRATANTE à CONTRATADA, entretanto a CONTRATADA deverá *informar o mais breve possível* à CONTRATANTE a ocorrência de cada multa.

13.5.2. A CONTRATADA deverá encaminhar ao IBGE, no prazo máximo de **15 (quinze) dias antes de vencer o prazo** para identificação do condutor, as notificações emitidas pelos órgãos de trânsito, de modo a resguardar o direito, por parte dos condutores, de interpor recursos e de ser apurado o real condutor do veículo.

13.5.3. O IBGE comunicará à CONTRATADA, dentro do *prazo legal*, o real condutor para fins de preenchimento da **DIRC – Declaração de Identificação do Real Condutor**, devendo os pontos da infração serem contabilizados na carga dele.

13.5.4. Nos casos em que o IBGE **não for notificado dentro do prazo** supracitado, a **CONTRATADA se responsabilizará** integralmente pelas consequências legais da não apresentação do condutor no prazo especificado na notificação.

13.5.5. Não havendo o interesse na apresentação de recurso pelo condutor ou, havendo o interesse, os recursos cabíveis forem desprovidos, resultando na aplicação da multa de trânsito, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da referida multa e solicitar o reembolso dos valores junto ao IBGE.

13.5.6. As multas deverão ser pagas dentro do prazo de vencimento, assegurando que o pagamento se dê com o devido desconto legal. Caso a CONTRATADA não efetue o pagamento dentro do prazo por culpa própria, a CONTRATANTE apenas estará obrigado a ressarcir o valor com desconto.

13.5.7. Todo o contato com o Órgão de trânsito deverá ser feito pela CONTRATADA.

13.5.8. A CONTRATANTE não irá arcar com despesas adicionais oriundas do atraso da identificação do condutor caso a CONTRATADA não tenha enviado a cópia da multa à CONTRATANTE em tempo hábil.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Esta contratação observa as diretrizes de sustentabilidade ambiental, buscando a redução do consumo de recursos naturais e a mitigação de danos ambientais decorrentes da operação de campo no Rio Grande do Sul.

14.2. A contratada deverá fornecer veículos com baixa emissão de poluentes e manutenção rigorosa (**atendimento ao Proconve**). Será incentivado o uso de veículos **flex** e o abastecimento **preferencial com Etanol**, visando a sustentabilidade ambiental.

14.3. Conforme a **Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010** e o **Guia de Contratações Sustentáveis**, os veículos a serem locados deverão atender aos seguintes requisitos:

- **Eficiência Energética (Etiquetagem PBEV):** Os veículos convencionais (48 unidades) e intermediários (20 unidades) deverão apresentar o Selo de Eficiência Energética do INMETRO (Procel/PBE) nas categorias "A" do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) mais eficiente, garantindo menor emissão de gases de efeito estufa (CO₂) e menor consumo de combustível por quilômetro rodado;
- **Controle de Emissões (PROCONVE):** Os veículos devem estar em estrita conformidade com as fases vigentes do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE/IBAMA) para o ano de 2026, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes
- **Tecnologia Flex:** Obrigatoriedade de motorização bicomcombustível (flex), permitindo o uso prioritário de Etanol, que possui ciclo de carbono mais sustentável que a Gasolina,, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

14.4. Logística Reversa e Descarte de Resíduos

- A contratada será integralmente responsável pelo gerenciamento dos resíduos gerados pela manutenção da frota, conforme a **Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)**.
- **Pneus e Baterias:** A contratada deve comprovar a destinação final ambientalmente adequada dos pneus inservíveis e baterias de chumbo-ácido, utilizando sistemas de logística reversa.
- **Óleos Lubrificantes:** O descarte de óleos lubrificantes usados ou contaminados (OLUC) deve seguir as normas do CONAMA, sendo proibido o descarte em solo ou rede de esgoto.

14.5. Diretrizes de Operação Sustentável (Obrigações da Contratada)

- **Lavagem Sustentável:** Incentivar que a limpeza dos veículos nas agências de Porto Alegre, Santa Maria, Passo Fundo e demais polos seja realizada prioritariamente por métodos de lavagem a seco ou com reúso de água.
- **Manutenção Preventiva:** A contratada deverá manter um cronograma rígido de manutenção. Veículos com manutenção desatualizada consomem até 15% mais combustível e emitem mais poluentes.
- **Certificações:** Será pontuado ou exigido (conforme o edital) que a licitante possua práticas de gestão ambiental demonstráveis, como a conformidade com a norma ISO 14.001.

14.6. MATRIZ de impactos Ambientais e medidas Mitigadoras:

Impacto Ambiental	Descrição	Medida Mitigadora
Emissão de Gases (GEE)	Queima de combustíveis fósseis durante as rotas de coleta do IBGE	Uso preferencial de Etanol e exigência de motores com Selo INMETRO "A".
Poluição sonora	Ruído excessivo em áreas urbanas e de preservação	Manutenção periódica do sistema de escapamento e motorização moderna.
Resíduos sólidos	Geração de sucatas, filtros e estopas contaminadas.	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) por parte da locadora.

Contaminação do solo	Vazamento de óleo ou fluídos hidráulicos	Inspeções quinzenais obrigatórias pelos fiscais de cada Agência da SES/RS.
----------------------	--	--

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

- 15.1. Diante do exposto, a contratação de serviço de locação de veículos mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa, sendo a única solução capaz de atender à flutuação de demanda da SES/IBGE/RS para o ano de 2026 sem onerar permanentemente o patrimônio público.
- 15.2. Em termos operacionais a licitação é viável, tendo em vista que temos contratações operacionais semelhantes que são bem sucedidas;
- 15.3. Em termos orçamentários, a locação de veículos é viável, pois trata-se de necessidade já prevista no orçamento da Instituição.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EFFREIN AMARAL ALVES
Téc. Informações Geográficas e Estatísticas

LUIS EDUARDO AZEVEDO PUCHALSKI
Autoridade competente



Documento assinado eletronicamente por EFFREIN AMARAL ALVES, Assistente Técnico, em 9 de Junho de 2026, às 12:35:04, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 1411844750156317132 e o código CRC 62248264.



Documento assinado eletronicamente por LUIS EDUARDO AZEVEDO PUCHALSKI, Superintendente Estadual Nível II, em 9 de Junho de 2026, às 21:11:36, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 2311781790170499062 e o código CRC C743022F.